

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.361 - PE (2019/0219297-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**SUSCITANTE** : **FREVO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADO** : **EDUARDO PIMENTEL SANDES CANUTO - PE039207**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**INTERES.** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, em que é suscitante FREVO BRASIL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA., em recuperação judicial, e suscitados o JUÍZO FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DE RECIFE – PE, onde tramita a recuperação judicial.

A suscitante informa que ajuizou pedido de recuperação na Justiça comum do Estado de Pernambuco, o qual foi deferido.

Relata que (e-STJ fl. 5):

(...) perante a 33ª Vara Federal – Proc. nº 0004589-44.2007.4.05.8300, tramita a Execução Fiscal movida pela Fazenda Nacional, em desfavor da empresa. Apreciando a petição, este MM. Juízo designou o leilão eletrônico do imóvel penhorado em Camaragibe-PE, conforme reavaliação feita à fl. 435 dos autos da execução. O primeiro leilão, somente na modalidade eletrônica, estará aberto entre 10h00 e 12h00 do dia 05/08/2019, com lances não inferiores à reavaliação efetivado no Juízo Deprecado (fl. 435). O segundo leilão estará aberto, nas modalidades presencial e online, no período das 09h00 às 14h00 do dia 07 de agosto de 2019, ficando desde já fixado o valor mínimo de 50% da reavaliação. (Doc. 03 - Decisão do Leilão) (Doc. 04 - Auto de Penhora).

Informa que a sentença que decretou o encerramento de sua recuperação judicial não transitou em julgado, estando pendente de julgamento o recurso de apelação recebido no efeito suspensivo.

Afirma ainda que o bem penhorado é utilizado na atividade da empresa, bem como integra o plano de recuperação.

Discorre sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de outro juízo dispor do patrimônio da recuperanda, sob pena de prejuízo para os credores devidamente habilitados.

Postula (e-STJ fl. 14):

A) Liminarmente, a fixação provisória da competência da 26ª Vara Cível da Comarca do Recife, para decidir qualquer questão que verse obre interesses e bens da Frevo, ora suscitante, sobretudo no caso de envolver bens essenciais à sua atividade empresarial, DETERMINANDO o cancelamento imediato da designação de leilão judicial

determinada no Processo nº 0004589-44.2007.4.05.8300 que tramita perante o Juízo da 33ª Vara Federal de Pernambuco;

No mérito, pede o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

Liminar deferida às fls. 295/297 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 304/471 e 473/556 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal pela competência do Juízo universal (e-STJ fl. 558):

- Conflito positivo de competência.
- As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, nos termos do art. 6º, § 7º, da Lei nº 11.101/2005, mas compete ao Juízo Universal o prosseguimento dos atos de constrição e alienação dos bens da empresa recuperanda. Precedentes do STJ.
- Parecer, preliminarmente, pelo conhecimento do conflito positivo de competência, para que, no mérito, seja declarado competente o MM. Juízo de Direito da 26ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE.

É o relatório.

Decido.

Segundo orientação desta Corte Superior, consolidada na Súmula n. 568/STJ, o relator pode decidir monocraticamente, de plano, o conflito de competência, quando exista jurisprudência dominante do Tribunal sobre o tema.

É esse, precisamente, o caso dos autos, em que se busca fixar o juízo competente para processar atos expropriatórios contra o patrimônio da empresa em recuperação judicial.

Com efeito, a jurisprudência do STJ é pacífica quanto ao tema, afirmando que, "com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor" (AgRg n. CC n. 127.629/MT, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/4/2014, DJe 25/4/2014). Ainda nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF E DE DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE N. 10/STF.

1. 'Apesar de a execução fiscal não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da LF n. 11.101/05, art. 187 do CTN e art. 29 da LF n. 6.830/80), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.' (CC 114987/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2011, DJe 23/03/2011).

(...)

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC n. 123.228/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/6/2013, DJe 1º/7/2013.)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRÁTICA DE ATOS EXPROPRIATÓRIOS NO JUÍZO DA AÇÃO EXECUTIVA. IMPOSSIBILIDADE.

- As execuções fiscais ajuizadas em face da empresa recuperanda não se suspenderão em virtude do deferimento do processamento da recuperação judicial.

- Todavia, embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Na hipótese, a aplicação literal do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05 conduziria à inibição do cumprimento do plano de recuperação previamente aprovado e homologado.

- Agravo não provido.

(AgRg no CC n. 119.970/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 20/11/2012.)

A Lei n. 11.101/2005, em seu art. 47, estabelece a prevalência do interesse público e social na manutenção da atividade econômica da empresa em recuperação sobre o interesse privado de cada um dos credores individuais. Assim dispõe a regra legal:

Art. 47 - A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

A legislação infraconstitucional, considerando a mencionada função social da empresa e a manutenção de, pelo menos, uma parte dos empregos existentes, tem como objetivo o restabelecimento financeiro da devedora. Para tanto, atribui exclusividade ao juízo universal, onde se processa a recuperação judicial, para a prática de atos de execução de seu patrimônio, evitando a efetivação de medidas expropriatórias isoladas, que possam prejudicar o cumprimento do plano de recuperação. Nesse sentido, disciplina o *caput* do art. 49 da Lei n. 11.101/2005: "Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos."

A orientação do STJ é pacífica quanto ao tema, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSO CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO CÍVEL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO DO CONTROLE DA RECUPERANDA. SUCESSÃO DOS ÔNUS E OBRIGAÇÕES. ART. 60, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 11.101/05. ATOS DE EXECUÇÃO. SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Deferida a recuperação judicial da empresa e noticiada nos autos a aquisição do controle da recuperanda por outra empresa, compete ao respectivo juízo decidir acerca da sucessão dos ônus e obrigações.

Precedentes.

2. Com a edição da Lei. 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam

créditos apurados em outros órgãos judiciais, bem como para decidir acerca da eventual extensão dos efeitos do cumprimento de sentença à suscitante, em razão da alegação de sucessão da suscitante por outra empresa ou de que ambas pertenceriam ao mesmo grupo econômico.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP.

(CC n. 110.941/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/9/2010, DJe 1º/10/2010.)

Assim, embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. A providência evita o eventual comprometimento do plano de recuperação pelas decisões prolatadas por outro juiz, preservando assim o princípio da continuidade da empresa, previsto no art. 47 da Lei de Recuperação Judicial.

Por fim, consoante precedente desta Corte Superior, "Como ainda não ocorreu o trânsito em julgado da sentença de encerramento da recuperação judicial, o Juízo falimentar continua atraindo para si as decisões acerca do patrimônio da empresa devedora" (EDcl nos EDcl no CC n. 128.618/MT, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/3/2015, DJe 16/3/2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO. DECISÃO EXTINTIVA. RECURSO INTERPOSTO. DUPLO EFEITO. RECEBIMENTO. JUÍZO ATRATIVO DA FALÊNCIA. MANUTENÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. As disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Esta egrégia Corte Superior já proclamou que os embargos de declaração constituem a via adequada para sanar omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais do decisório embargado, admitida a atribuição de efeitos infringentes apenas quando esses vícios sejam de tal monta que a sua correção necessariamente infirme as premissas do julgado (EDcl no AgRg no EREsp nº 747.702/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Corte Especial, DJe de 20/9/2012). É o caso.

3. A interposição de recurso quando da extinção do processo de recuperação judicial, recebido no duplo efeito, impede o trânsito em julgado da sentença. Logo, permanece a competência do juízo deferiu o pedido de recuperação, para a administração dos bens da empresa recuperanda.

4. Embargos de declaração conhecidos e acolhidos com efeitos modificativos. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da recuperação judicial para praticar quaisquer atos constritivos referentes ao patrimônio da empresa em soerguimento.

(EDcl nos EDcl no AgRg no CC n. 132.798/DF, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/6/2016, DJe 29/6/2016.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante do exposto, CONHEÇO do presente conflito positivo de competência a fim de DECLARAR COMPETENTE o JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DE RECIFE – PE para dispor sobre os atos executivos contra a empresa em recuperação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator